



Multas até 15 mil euros nas novas regras contabilísticas

As empresas que, **a partir de 2010**, não prestarem contas com o Novo Sistema de Normalização arriscam coimas de 500 a 15 mil euros

ISABEL RESENDE
isabel.resende@sol.pt

AS EMPRESAS a operar em Portugal que não cumpram as regras do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em vigor a partir de 2010, arriscam-se a pagar multas entre os 500 e os 15 mil euros.

As coimas resultam do novo regime que vai substituir o Plano Oficial de Contabilidade (POC), afectando pequenas, médias e grandes empresas. Os princípios de funcionamento deste novo sistema foram publicados num decreto-lei de 13 de Julho.

Não é esperado um aumento da carga fiscal, mas

COIMAS

Decisão sobre as multas será tomada pelo presidente da Comissão de Normalização Contabilística. 60% da receita reverterá para o Estado

é possível que os custos das empresas subam, numa altura em que têm de dar formação, exigir mais dos técnicos oficiais de contas e avançar com uma série de alterações organizacionais e de estrutura (ver textos da página ao lado).

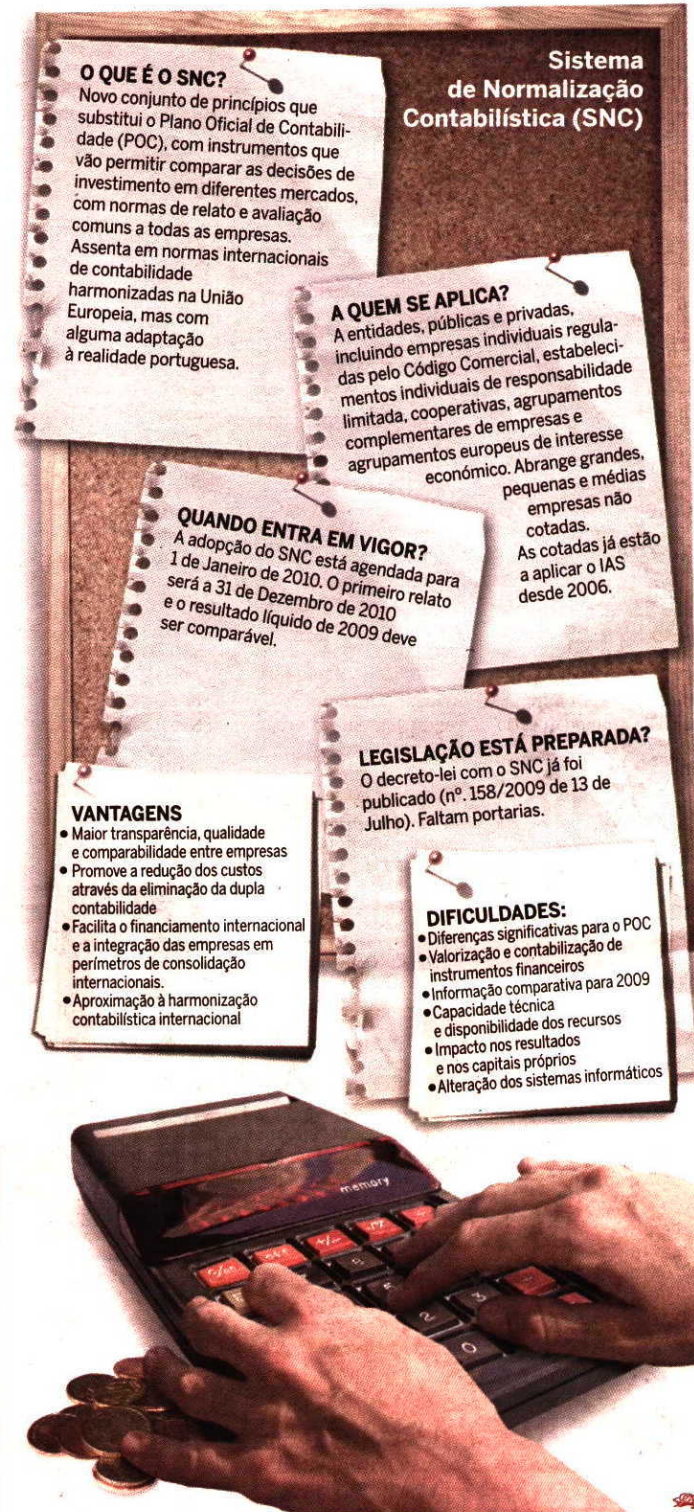
As cotadas ou com contas consolidadas têm de

apresentar as suas contas segundo as IAS/IFRS (regras internacionais de contabilidade) já desde 2006. As novas regras estendem-se agora às empresas não cotadas de maior dimensão e às mais pequenas que tenham balanços até 500 mil euros, um volume de negócio inferior a um milhão de euros ou que empreguem menos de 20 pessoas.

Em menos de cinco meses, estas empresas têm de estar a usar as novas normas, um passo que o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), Domingues Azevedo, acredita não virá a ser um problema para o tecido empresarial português, agora em crise.

Especialistas elogiam novas regras

De uma maneira geral, os especialistas entendem que as alterações do SNC vão ser positivas. Tanto do ponto de vista da transparência da actividade e reporte das empresas, como por facilitar a comparação internacional e pôr fim ao duplo registo contabilístico (acontecia para muitas exportadoras). A obtenção de créditos no estrangeiro também fica facilitada, bem como as negociações com terceiros, segundo César Gonçalves, consultor da PricewaterhouseCoopers,



Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

O QUE É O SNC?

Novo conjunto de princípios que substitui o Plano Oficial de Contabilidade (POC), com instrumentos que vão permitir comparar as decisões de investimento em diferentes mercados, com normas de relato e avaliação comuns a todas as empresas. Assenta em normas internacionais de contabilidade harmonizadas na União Europeia, mas com alguma adaptação à realidade portuguesa.

A QUEM SE APLICA?

A entidades, públicas e privadas, incluindo empresas individuais reguladas pelo Código Comercial, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, cooperativas, agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico. Abrange grandes, pequenas e médias empresas não cotadas. As cotadas já estão a aplicar o IAS desde 2006.

QUANDO ENTRA EM VIGOR?

A adopção do SNC está agendada para 1 de Janeiro de 2010. O primeiro relato será a 31 de Dezembro de 2010 e o resultado líquido de 2009 deve ser comparável.

LEGISLAÇÃO ESTÁ PREPARADA?

O decreto-lei com o SNC já foi publicado (n.º 158/2009 de 13 de Julho). Faltam portarias.

VANTAGENS

- Maior transparência, qualidade e comparabilidade entre empresas
- Promove a redução dos custos através da eliminação da dupla contabilidade
- Facilita o financiamento internacional e a integração das empresas em perímetros de consolidação internacionais.
- Aproximação à harmonização contabilística internacional

DIFICULDADES:

- Diferenças significativas para o POC
- Valorização e contabilização de instrumentos financeiros
- Informação comparativa para 2009
- Capacidade técnica e disponibilidade dos recursos
- Impacto nos resultados e nos capitais próprios
- Alteração dos sistemas informáticos

Impacto moderado/elevado

Um estudo da consultora KPMG mostra que 85% das empresas esperam que o SNC tenha um impacto moderado a elevado na sua actividade e organização. A análise foi feita com base num inquérito realizado em Maio, a partir de respostas de 214 directores financeiros, de contabilidade e de fiscalidade de empresas sediadas em Portugal.

Cerca de 93% dos inquiridos dizem-se insuficientemente informados sobre as implicações fiscais decorrentes da adopção do SNC. Só 7% admite estar bem informado. A nível da adaptação aos novos procedimentos, 90% dos participantes prevê que o impacto seja moderado a elevado.

pers, argumentando que as contas se tornam perceptíveis a «qualquer leitor internacional».

Os especialistas admitem, porém, que os custos podem aumentar, tanto por via dos TOC, como pelas alterações organizacionais, de sistemas e de formação que implicam.

César Gonçalves diz que as empresas com muito imobilizado corpóreo vão ter de rever as taxas de depreciação e fazer testes de imparidade (menos-valias

potenciais) aos seus activos. E lembra que, quando, há três anos, as cotadas introduziram em Portugal as IAS, o valor dos activos foi revisto em baixa em mil milhões de euros. Nessa altura, outro dos impactos foi a redução dos capitais próprios em cerca de 2,9 mil milhões de euros, menos 10% do que o registado no antigo POC.

Agora também podem existir impactos «relativamente importantes», nota o consultor, sem quantificar

César Gonçalves acredita que o novo referencial contabilístico irá afectar mais uns sectores do que outros, sobretudo os que são de capital intensivo e os que possuem muitos equipamentos nos seus balanços. As empresas com imóveis para vender também tenderão a ser mais afectadas, tal como as que têm maior actividade industrial e aquelas que têm dívidas a receber (podem ficar com menos activos nas suas contas).

CONTABILISTAS VÃO PRESSIONAR CUSTOS DAS EMPRESAS

Custos com serviços de contabilidade em risco de subir – presidente dos TOC

O PAPEL mais intervencionista dos contabilistas no âmbito do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) pode resultar num acréscimo de custos para as empresas, admite o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), em declarações ao SOL.

«É natural que se reflita no preço e possam surgir algumas correções nesse domínio, mas não será nada de especial», disse Domingues Azevedo quando questio-

SNC

Com o novo sistema, as empresas estarão melhor estruturadas e terão contas mais transparentes e fiáveis

nado sobre a possibilidade de uma subida dos custos com os contabilistas para as empresas decorrente da implementação do SNC.

Até agora, Portugal tinha um sistema de normalização sustentado em regras, baseado na regu-

lação, que ditava o que o contabilista tinha de fazer. A partir do próximo ano, «**não haverá regulação mas sim princípios aceites**». Cada contabilista terá de conhecer a situação concreta para dizer que norma se aplica. Em 2010, passará, por isto, a ter «**maior intervenção**», tornando-se num «**elemento fundamental de decisão na organização e nos relatos da empresa**», considera o presidente da CTOC.

Não é expectável que os

TOC venham a ter mais trabalho, mas terão uma «**maior mais-valia**» na empresa.

Sublinhando que o SNC implica uma «**alteração significativa da estrutura económica**» das empresas, Domingues Azevedo diz que, com as novas normas, os empresários devem deixar de ver a contabilidade como mera informação ao Fisco, passando a olhá-la como um conjunto de elementos importantes para a tomada de decisões.

PME podem ser surpreendidas com mais despesas – associação empresarial

O PRESIDENTE da Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas (PME), Fernando Augusto Morais, avisa que o Sistema de Normalização contabilística (SNC) pode resultar em despesas inesperadas para as empresas: dada a sua fragilidade em informação, «**podem ficar surpreendidas com aumentos de custos por parte dos técnicos oficiais de contas (TOC)**».

Estes técnicos, com mais trabalho e mais estudo, «**vão exigir mais di-**

nheiro pelas avenças», antecipa o representante das PME em declarações ao SOL, uma posição que vai, em parte, ao encontro da expectativa do presidente da Câmara dos TOC (ver texto acima).

Para Augusto Morais, o SNC, baseado no modelo das regras internacionais de contabilidade (IAS) da União Europeia, tem a vantagem de respeitar as diferentes necessidades de reporte financeiro e permite uma comunicação horizontal e vertical na es-

CONTABILIZAÇÃO

A noção de 'valor justo', em vez de custo histórico, pode gerar mais criatividade contabilística – Augusto Morais

trutura da organização. No entanto, a noção do 'valor justo' no tratamento de instrumentos financeiros, em vez do custo histórico, pode dar azo a «**mais criatividade na contabilidade das PME, ocultando a verdade**», alerta. As ac-

ções e as obrigações são exemplos desses activos agora mais expostos à volatilidade dos mercados.

Augusto Morais nota que, apesar da publicação em Julho do decreto-lei que regula o SNC e revoga o actual Plano Oficial de Contabilidade, a moldura legal do novo sistema ainda não está completa (ver infografia). Faltam portarias e avisos, com os modelos de demonstrações financeiras e outras normas contabilísticas e de relato financeiro.

Não haverá aumento da carga fiscal – PricewaterhouseCoopers

O SISTEMA de Normalização Contabilística (SNC), que originou alterações no código de IRC, não irá acarretar a subida de impostos, mas terá um impacto significativo na distribuição de resultados, na reavaliação de activos e exigirá muita formação aos trabalhadores.

As conclusões são de César Gonçalves, sócio da consultora PricewaterhouseCoopers, em declarações ao SOL. Para acomodar o SNC, foram introduzidas alterações no

PLANO PARA SNC

O tempo é curto, pelo que as empresas devem fazer já o diagnóstico da sua situação e preparar-se para o SNC

Código do IRC (em Abril), mas «**não haverá aumento da carga fiscal**» por causa disso, garante. A intenção é a de que a «**fiscalidade seja tratada de forma a não influenciar a contabilidade**», com as contas cada vez

mais transparentes, diz o consultor.

Em termos práticos, as alterações terão impacto na distribuição de resultados, nas taxas de depreciação do imobilizado, na reavaliação de activos e na constituição de imparidades (menos-valias potenciais). O goodwill (diferença entre valor contabilístico e financeiro) deixa de ser amortizado e passa a fazer testes de imparidades, pelo que quem compra empresas tem de avaliar muito bem as conse-

quências, avisa César Gonçalves. Além disso, as renegociações de dívida devem ser feitas «**com cuidado**» pois afectam o activo e o capital próprio.

Questionado sobre se estas alterações se traduzirão num acréscimo de trabalhadores para as empresas, o consultor nota que será necessário apoio técnico de especialistas e formação para os empregados. Isto «**não quer dizer que [a empresa] tenha que contratar mais pessoas**», conclui.